

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL) – Comunicação de**

Líder, pela oposição: Boa tarde, Presidente Mônica, vereadores e vereadoras, público que assiste à TVCâmara, eu queria comentar e fazer uma consideração sobre o processo de terceirização, de privatização da saúde pública. Nós tivemos, no dia 22 de julho, uma decisão liminar, suspendendo a licitação dos postos de atendimento da Bom Jesus e da Lomba. Foi uma decisão por conta de um fato que eu considero muito grave: esses postos de atendimento, essa

privatização, esse processo de sucateamento do serviço público de saúde, para depois entregar para a iniciativa privada, ia resultar na entrega para uma empresa que já tem serviços prestados em São Paulo para a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, e essa empresa tem apontamentos que denunciam corrupção pelo Tribunal de Contas de São Paulo e pelo Ministério Público – já teve até CPI por conta das acusações que envolvem essa empresa. E essa empresa pode ainda administrar, caso seja vencida essa liminar que a justiça concedeu suspendendo a licitação, dois postos de atendimento aqui em Porto Alegre.

Também está em curso, por parte do governo Marchezan, uma tentativa de privatizar a gestão do HPS, que é o coração da saúde em Porto Alegre. Evidentemente, o HPS tem muitos problemas, necessita investimento; mas, mesmo o HPS tendo muitos problemas, todos sabem a importância que tem. São poucas as pessoas que não foram atendidas ou que não tiveram um familiar sendo atendido pelo HPS. Apesar do sucateamento de que vem sendo vítima, o HPS é um hospital qualificado, sim, com equipes de médicos, de enfermeiros e de técnicos qualificados. Esse projeto do governo Marchezan prevê que uma empresa privada – espero que não seja a mesma que ficaria responsável pelo atendimento dos postos da Lomba e da Bom Jesus – comece a contratar médicos, comece a contratar enfermeiros. Depois, o município fica na mão dessa empresa, que pode fazer o que quiser com a saúde pública de Porto Alegre, piorando ainda mais a situação da nossa saúde e destruindo um hospital que, embora tenha necessidade de investimento, é, sim, um hospital importante, um hospital conceituado, um hospital útil para a população de Porto Alegre e do Estado. Vale lembrar que as vítimas da Kiss foram tratadas aqui no HPS. O HPS é, sim, um hospital de excelência em algumas áreas.

Eu me preocupo com esse processo de terceirização, de privatização, com essas licitações, pela razão que moveu o Ver. Mauro Zacher a usar a tribuna para colocar algo gravíssimo: a possibilidade de uma licitação já pré-programada, com vencedor. Então, nós temos empresas de saúde de São Paulo que participavam da gestão do PSDB e, agora, empresas de BH para cuidar da licitação, para ganhar uma licitação de mais de R\$ 700 milhões. É muito grave! Eu acho muito importante a intervenção do Ver. Mauro Zacher, e é muito importante que o governo tome a palavra para explicar, porque isso exige uma explicação. A intervenção do Mauro Zacher foi muito clara em relação ao risco que nós temos de entregar a iluminação pública da cidade a uma empresa privada, que realmente seria uma empresa privada envolvida já previamente no esquema de licitação com as cartas marcadas - já definido previamente quem vai vencer. Foi um vereador que disse isso. O governo não pode ficar fazendo de conta que não ouviu. Foi dito aqui, nesta tribuna. E eu estou falando também de dois postos de atendimento, que a justiça teve que barrar a entrega desses dois postos de atendimento para uma empresa de São Paulo, acusada de corrupção pelo Tribunal de Contas de São Paulo, pelo Ministério Público, com CPI em São Paulo. E o Marchezan diz: “venha esta empresa administrar a saúde de Porto Alegre”. Isso é um escândalo! Então, é importante discutir.

Quero terminar só apontando que nós, na CUTHAB, vamos discutir, sim, o Ricardo Gomes levantou aqui o tema, da Vila Nazaré. Nós temos interesse muitíssimo em discutir os problemas envolvendo a Vila Nazaré. São 1.500 famílias. Nós estivemos lá durante o recesso, 1.500 famílias, sendo que o processo de transferência delas tem sido feito por sorteio. Oitenta e cinco por cento vão para o Timbaúva, que é uma área conflagrada, aí tem todo um rolo envolvendo segurança pública, onde essas famílias não têm condições de convivência. Quinze por cento ... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Tem que um processo de urbanização civilizado. Não se pode ter um plano de remoção, que seja um plano de remoção, onde as pessoas têm as suas casas derrubadas e não há nenhuma planificação. Além do mais, e termino dizendo isto, Presidente Mônica, o Ministério Público Federal diz que a Fraport precisa aumentar os recursos para garantir a moradia. Há uma luta judicial, que agora tem uma sessão no dia 8 de agosto, entre o Ministério Público Federal, pedindo mais recursos para a Fraport garantir moradia, e a Fraport, evidentemente, tentando resistir. A Prefeitura não pode ser advogada da Fraport. A

Prefeitura tem que ser advogada do interesse público e garantir um processo decente para aquelas pessoas, que vivem na Vila Nazaré. E esse processo decente não é com a polícia simplesmente removendo e colocando as pessoas sem nenhum destino, que é o que está ocorrendo hoje. Não é possível, a Câmara dos Vereadores ficar omissa com relação a isso, e a CUTHAB, sim, vai debater esse assunto. Muito obrigado.

(Texto sem revisão final.)